



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA

CAMPUS OSMAR DE AQUINO

CENTRO DE HUMANIDADES

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RENATA SILVA DE ARAÚJO

**A RELAÇÃO PROFESSOR E LIVRO DIDÁTICO: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO**

GUARABIRA-PB

2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

RENATA SILVA DE ARAÚJO

**A RELAÇÃO PROFESSOR E LIVRO DIDÁTICO: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência do curso de Graduação a Universidade Estadual da Paraíba para obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História, sob orientação da Professora Simone Silva Costa.

GUARABIRA-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658r Araújo, Renata Silva de
A relação professor e livro didático: [manuscrito] : uma
reflexão a partir da experiência do estágio. / Renata Silva de
Araújo. - 2016.
19 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Simone da Silva Costa,
Departamento de História".

1. Professor. 2. Livro didático. 3. Ensino de História. I.
Título.

21. ed. CDD 371.32

RENATA SILVA DE ARAÚJO

A RELAÇÃO PROFESSOR E LIVRO DIDÁTICO: UMA
REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO

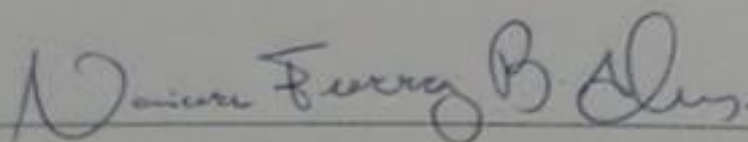
Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência do
curso de Graduação a Universidade
Estadual da Paraíba para obtenção
do título de graduado em
Licenciatura plena em História.

Aprovação em: 25 / 05 / 2016

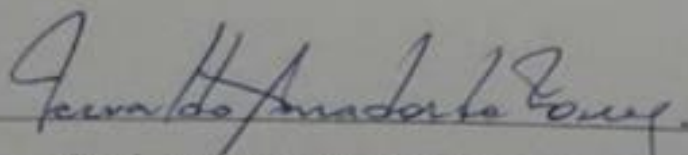
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Simone da Silva Costa



Prof. Ma.. Naiara Ferraz Bandeira Alves



Prof. Me. Rivaldo Amador de Souza

A relação professor e livro didático: uma reflexão a partir da experiência do estágio

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância do livro didático como instrumento auxiliar para o professor no ensino de História na segunda fase do ensino fundamental, buscando ressaltar alguns pontos da prática de ensino, explicitando o motivo das críticas sobre o livro didático. Com base na experiência vivenciada durante o estágio e na pesquisa bibliográfica sobre o tema ressaltando autores como Circe Bittercourt, Munakata, Silva e Fonseca entre outros. Abordaremos a relação professor, livro didático, alunado e a sua importância no processo ensino-aprendizagem, pois através da experiência do estágio podemos observar que é um tema que merece atenção e discussão, pois o mesmo ainda é tratado como principal recurso didático pedagógico, e não como um recurso auxiliar.

Palavras-chave: Professor, Livro Didático, Ensino de História.

Abstract

This study aims to analyze the relevance of the textbook as an aid for the teacher in the teaching of history in the second stage of basic education, highlight some points of teaching practice, explaining the reason for the criticism of the textbook. Based on the experience lived during the stage and literature on the subject highlighting authors like Circe Bittercourt, Munakata, Silva and Fonseca among others. We will discuss the relationship between teacher, textbook, student body and its importance in the teaching-learning process, because through stage experience we can see that is a topic that deserves attention and discussion, because it is still treated as the main educational teaching resource, and not as an auxiliary resource.

Keywords: Teacher, Textbook, Teaching of Histor

Sumario

1. Introdução:	8
2. O Livro didático símbolo de um ensino tradicional	9
3. O professor e o livro didático: uma relação de crítica e intervenção.	11
4. O livro didático como recurso didático auxiliar.	17
5. Considerações Finais:	18
6. Referências:	19

1. Introdução:

Através da experiência do estágio, realizada na turma do 8^a ano do ensino fundamental no Centro Educacional Dom Helder Câmara, situado no município de Guarabira, percebemos que o livro didático é um elemento ainda utilizado por muitos professores como método central. Mesmo sendo uma ferramenta válida, faz necessária uma visão crítica sobre o uso do mesmo por considerar que o docente não pode ser dependente exclusivo desse material didático-pedagógico.

O presente artigo resulta, portanto, tanto da experiência vivenciada no estágio, realizado no primeiro semestre de 2015, quanto da pesquisa bibliográfica sobre o tema. Durante o estágio, percebemos que o livro didático era utilizado em demasia pelo os professores, utilizado como o próprio plano de curso e não havia seleção dos conteúdos. Diante disso levantamos alguns questionamentos: Por que as metodologias com o livro didático é alvo de tantas críticas? Como deve ser a relação professor e livro didático? O livro didático deve assumir o papel central no processo ensino-aprendizagem?

Diante das indagações provocadas durante a experiência vivenciada, abordaremos uma discussão em torno das contribuições dos manuais didáticos como recurso didático-pedagógico e a relação entre o professor e o livro. Compartilhamos com o posicionamento de Silva e Fonseca (2010) quando afirmam que “o professor deve ter uma relação crítica, nunca de submissão ao livro de História.” O professor deve ter um posicionamento de intervenção diante do livro didático. O livro deve ser compreendido como apenas mais um material utilizado, e não o único e indispensável no processo de ensino-aprendizagem. (SILVA e FONSECA, 2010, p.29).

2. O Livro didático símbolo de um ensino tradicional

São chamados livros didáticos as publicações voltadas para o professor e o aluno, eles organizam o conteúdo e indicam a forma como o professor deve planejar a aula e tratar esses conteúdos em sala de aula, de acordo com as grades curriculares de ensino da disciplina, ou seja, do processo de sistematização da aprendizagem, no nosso caso a disciplina de História.

Cronologicamente o livro didático foi utilizado como instrumento de educação e formação da nacionalidade, principalmente o livro didático de História. Na década de 1930 já se observava o entendimento da importância estratégica do livro didático nas políticas educacionais. Preocupado com a formação da nacionalidade brasileira, o Ministério da Educação e Saúde buscava controlar o material a ser utilizado pelos alunos nas escolas. (NADAI, 1993)

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, várias iniciativas foram tomadas buscando dar continuidade e ampliar os mecanismos de produção, importação e utilização do livro didático. Durante o período militar, essa política foi caracterizada por esforços no sentido de exercer maior controle e censura.

Na década de 1980, no bojo do processo de redemocratização do país, uma reação a essa política oficial teve, nos livros didáticos, um de seus alvos prioritários. Considerados os vilões da educação, por serem portadores de ideologias indutoras de processos de reprodução das desigualdades e hierarquias sociais, em textos conservadores, “oficiais”, muitas vezes repletos de erros ou em versões ultrapassadas pelas pesquisas científicas.

No ensino de história, os livros didáticos muitas vezes “são considerados um instrumento a serviço da ideologia e da preservação do ensino tradicional”, sendo alvo de críticas e sendo intitulado como culpado das mazelas do ensino de história, por apresentar muitas das vezes, deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais, no entanto, é fato que o livro didático não foi construído para sanar todos os problemas de ensino, e nem com o intuito substituir o professor. (BITTENCOURT, 2011, p. 300)

Essa visão teve grande expressão no âmbito do ensino de história levando a um movimento de condenação ao livro didático, incentivando a sua não utilização nas escolas. Essa reação de forte crítica ao livro didático e seu conteúdo doutrinário, portador de ideologias ultrapassadas para um contexto de redemocratização gerou um vácuo no âmbito do instrumento didático, a exemplo do livro didático de história.

Diante de tal situação, muitas editoras se empenharam no sentido de buscar atender as tendências do mercado que caminhava para uma aproximação da produção acadêmica recente, movimento que expressava a concepção de que quanto mais científico e atualizado, melhor seria o ensino realizado. Foram então produzidos livros que apresentavam trechos de obras acadêmicas da historiografia.

Não fazia mais sentido trabalhar com os fatos históricos e marcos cronológicos, o que remetia ao mecanismo tradicional da decoreba, dificultando relacionar tempos distintos, e assimilar com perspicácia o mundo em que vivemos. No entanto, a perspectiva linear e cronológica ainda é muito comum nos livros didáticos, e nesse sentido, cabe ao professor intervir e quebrar com esse modo linear, mesmo utilizando o livro didático.

Segundo Peter Buke “A disciplina de História está atualmente mais fragmentada do que nunca.” Sendo assim se torna mais complexo o ensino de história, com o campo de estudo que se expande e se fragmenta, exigindo, por parte do professor, uma orientação, em busca da quebra do tradicionalismo. Nos deparamos com uma história tradicional nos conteúdos dos livros didáticos, que se contrapõe muitas vezes ao objetivo que se propõe o estudo da disciplina, que por muito tempo pregava essencialmente à política, histórias dos líderes e da elite. (BUKE, 1992, p.35)

Atualmente com a fragmentação e com a nova história, quebra-se o paradigma tradicional, com isso busca-se um novo ensino de história, o que justifica as muitas críticas ao livro didático, que ainda explora bem a história do

negro, do índio, da mulher e dos trabalhadores, além de conter informações equivocadas, perpetuando assim um ensino equivocado sobre várias temáticas.

Muitos dos livros didáticos seguem essa postura tradicional, mesmo se contrapondo com os PCNs, que buscam a inclusão das temáticas da minoria, ainda sim torna-se muito difícil a aceitação e a quebra do tradicionalismo, de acordo com o PNLD, os livros didáticos ainda tem muito que se atualizar. No entanto, concordamos com Silva e Fonseca (2010) quando afirmam que “o livro didático é uma fonte útil para a cultura escolar desde que não mais seja considerado o lugar de *toda a História*.” O livro não é o único detentor da História e de conhecimento e muito menos da verdade, por isso faz necessário um olhar crítico sobre o mesmo. (SILVA; FONSECA, 2010, p.29)

Sobre essa questão Munakata (2007) se posiciona com a seguinte interrogação: É possível introduzir a pesquisa histórica universitária nas aulas da educação básica? O mesmo responde utilizando-se das palavras de Le Goff que alerta para os riscos de introduzir a Nova História no secundário sem atentar para o “problema do ensino e da divulgação”, o que ocasionaria a substituição de “um saber histórico arcaico por absolutamente nenhum saber”. Constatando que no Brasil, os livros didáticos de História pelo menos resguardam o seu público (professores e alunos) do risco de nenhum saber, por mais que essa história seja suspeita aos olhos do historiador acadêmico.

3. O professor e o livro didático: uma relação de crítica e intervenção.

O livro didático pode ser o único material a que professores e alunos recorrem no cotidiano escolar ou pode ser apenas uma obra de consulta eventual. Mas o importante é destacar que a distinção essencial entre essa prática de leitura e as outras reside na interferência constante do professor e sua mediação entre o aluno e o livro didático. (BITTENCOURT, 2011, p. 317)

Segundo Bittencourt (2011), o uso do livro didático deve ocorrer pela mediação do professor entre o aluno e o livro didático, cabendo ao mesmo a responsabilidade de utilizá-lo da melhor forma, selecionando conteúdos, fazendo interferência e contrapontos, além de demonstrar ao aluno que o mesmo é fonte de consulta.

De acordo com Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky (2012), o maior responsável por uma boa aula é o docente, independente do livro, o profissional tem que estar bem preparado, estudar o conteúdo, e ter uma boa gama de conhecimento, ser atualizado e perspicaz, pois sem saber e estudar o conteúdo não pode haver ensino. É fato que ser professor não é fácil e que as condições são precárias, mas isso não pode se tornar uma desculpa para acomodação e falta de empenho pessoal, como também não se pode se agarrar apenas no livro didático, o tornando culpado por uma aula ruim.

O professor não deve ter dó de abandonar assuntos quando não conseguir uma resposta satisfatória a questão do porquê: às vezes mostra-se muito mais interessante “pular” algumas páginas do livro didático ou da História (seja lá o que isso quer dizer ...) e dedicar o tempo (infelizmente cada vez mais curto) das aulas a temas como a “situação dos índios no Brasil colonial” (ao invés de “capitanias hereditárias” e “governadores gerais”) [...] (PINSKY e PINSKY, 2012, p.29)

É importante ressaltar que, durante um ano letivo nas escolas da Educação Básica o conteúdo é extenso demais para a carga horária e os imprevistos que sempre aparecem, por isso, faz necessário a seleção e o recorte dos conteúdos, diga-se de passagem, tem que se ter uma boa apropriação do conteúdo para fazer um recorte significativo e não apenas diminuir o conteúdo só pela falta de tempo sem um determinado conhecimento do que está fazendo. O livro didático serve de apoio didático no qual auxilia com os conteúdos, mas não é a receita pronta para uma boa aula, se não for utilizado corretamente, não vai atingir o objetivo da aprendizagem.

O docente tem que trabalhar estabelecendo relações entre o passado e o presente, sem jamais negligenciar a temporalidade, pois se essas perspectivas

não forem levadas em consideração, os alunos podem não conseguir uma compreensão da disciplina e da História, elaborando ideologias vagas e genéricas, o que provoca a falta de entendimento sobre as causas e consequências do que é estudado.

O historiador Peter Buke (1992), ao informar que os novos campos a história amplia os limites de sua disciplina, abrindo espaços para novas áreas de pesquisa, nos permite repensar a explicação histórica e os seus problemas de síntese. Essa transformação no campo teórico histórico, portanto, também reflete no processo de ensino de história e nas abordagens do livro didático.

Novos campos, como a história das mulheres e a história da cultura popular, foram as vezes tratados como se fossem independentes (ou mesmo opostos) da cultura erudita e da história dos homens. A micro-história e a história da vida cotidiana foram reações contra o estudo de grandes tendências sociais, a sociedade sem uma face humana. (BUKE, 1992, p. 36)

Nesse processo de mudanças, de quebras de paradigmas e sucessivas transformações no modo de ser e se fazer história, temos mudanças também em seus conceitos que implica suscetivelmente que história ensinar e como ensinar. Que história pode ser considerada válida e que história deve ser esquecida ou excluída das aulas de história. Nesse processo o professor se torna o grande responsável, na escolha do que será ensinado, e como, além da escolha de qual história será válida, no seu olhar pedagógico.

Sobre essa questão, Munakata (2010) afirma que essa renovação dos livros didáticos com a incorporação de “novos problemas”, novas abordagens, novos objetos, propostos pela chamada Nova História, foi possível devido a reorganização de trabalho das editoras que se tornaram verdadeiras indústrias para atender um mercado consumidor cada vez mais exigente.

Faz necessário ressaltar que alguns editores e autores estão sempre se atualizando em relação a produção acadêmica, as propostas curriculares elaboradas pelos órgãos do governo e também às demandas do público final a que seus produtos se destinam – os alunos e os professores. É importante

destacar que o livro atende a um público e não simplesmente a um critério científico adequado, o que justifica a permanência das posturas tradicionais. Há livros que vendem mais nas escolas particulares do que nas escolas públicas, assim como há livros que vendem mais em uma região do que outra. Há livros que são pedagogicamente ruins, mas mesmo assim, tem professores que os preferem. A utilização do livro didático, dos conteúdos e métodos a serem trabalhados é uma escolha do professor. (BITTENCOURT, 2011).

No entanto, nos manuais didáticos de História é notável a mudança de uma conjuntura de obras que difundia todo tipo de estereótipos, preconceitos, erros conceituais e informações desatualizadas, para um panorama em que prevalece um cuidado, por parte de autores e editores. De acordo com o PNLD (2013):

É importante lembrar que a política pública modifica-se também ao ritmo das mudanças na produção do conhecimento da área de História e das novas tecnologias. Contudo, nem todas essas modificações podem ser ou são adotadas pelo livro didático. Assim, conhecer as alterações e as limitações desses movimentos ajuda-nos a tomar decisões em situação pedagógica. (PNLD, 2013, p.10)

Percebe-se que as mudanças no livro didático, apresentam-se de forma gradativa e com limitações. Cabe, portanto, ao professor ter essa noção e saber decidir nesta questão pedagógica do uso da obra didática, considerando que “as mudanças na área de História e do ensino de História nem sempre são transferidas com a velocidade que desejamos aos livros didáticos. Há ainda muito conhecimento a ser integrado as coleções.” (PNLD, 2013, p.10).

Vale ressaltar também, que o livro didático além de ser considerado como documento histórico, não se pode negligenciar sua dimensão mercadológica, assim como, produto cultural ligado à lógica capitalista. “O livro didático caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e a lógica da indústria cultural do sistema capitalista”. (BITTENCOURT, 2011, p. 301)

Sendo assim, podemos analisar desse ponto que também o livro didático vem passando por adaptações e reformulações, sem deixar de compreender essa dimensão e a sua importância na prática de ensino. No que se refere as

ideologias englobadas nos conteúdos de história, o historiador britânico Eric Hobsbawm (2006), nos informa que:

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. (HOBBSAWM, 2006, p. 17)

Hobsbawm (2006) nos orienta sobre a propagação de ideologias durante o nosso ofício, pois somos nós que através da história propagamos muitas ideologias, sendo de nossa responsabilidade o risco do uso político-ideológico da história, não só do historiador pesquisador, como também no ensino da história, pois é através do mesmo, que difundimos ideias, discursos e ideologias, na qual temos que deixar claro que estes estão sempre sujeitos a mudanças e discordâncias.

Sobre como essa questão da propagação de ideologias se apresenta nos livros didáticos, Munakata (2007) afirma que:

A ideologia não se resume à má intenção ou a falsa consciência do autor que se flagra por trás de uma frase sutilmente construída num livro mal produzido, ou, inversamente, maquiavelicamente bem produzido... O ideológico do livro didático encontra-se para além dos eventuais lapsos conceituais e éticos que possa conter; ele lhe é estruturante, na medida em que esse material é um dos dispositivos fundamentais da educação escolar. (MUNAKATA, 2007, p. 137)

Dentro desse contexto, o autor afirma que O objetivo desses títulos era uma história fabricada, “mal contada”, a construção de “belas mentiras”. Era a manipulação da história através dos livros didáticos. Contudo, pesquisas acadêmicas foram incisivas no sentido de flagrar nos livros didáticos “a presença insidiosa da mentira, da manipulação, do preconceito, da mistificação, da legitimação da dominação e da exploração burguesas – em suma, da ideologia”. (MUNAKATA, 2007, p.138).

A partir do livro didático de História, define-se, na maioria das vezes, o currículo escolar. Conteúdos que priorizam a História Ocidental Europeia e do Brasil. Um currículo extenso demais para um ano letivo escolar e para o objetivo de um ensino significativo, não deixando espaço para temas que não estão inseridos nos livros didáticos, tal como a História local, conteúdo que também é orientado pelos PCNs.

O estudo da História local é umas das lacunas que se encontra no livro didático, como também uma das muitas críticas levantada sobre o mesmo. No entanto, é perceptível que o mesmo, vem sofrendo mudanças no decorrer dos anos, principalmente com a adaptação ao referencial do Programa Nacional do Livro Didático, como afirma Bittencourt (2011):

Do ponto de vista da forma, entre nós os livros didáticos têm sofrido muitas mudanças nos últimos anos e se adaptando ao referencial do Programa do Livro Didático. Os livros são produzidos em forma de coleção que se destinam às diferentes séries do ensino fundamental e obrigatoriamente apresentam o livro do aluno e o livro do professor. (BITTENCOURT, 2011, p. 308)

As avaliações divulgadas e apresentadas através do “Guia de livros Didáticos”, que apresenta todas as coleções de manuais didáticos e suas determinadas avaliações, dentre do espaço de três e três anos, possibilita aos professores escolher, dentre as coleções apresentadas, a que atenda ao contexto da sua escola, ao projeto político pedagógico e ao plano de ensino do professor.

Bittencourt (2010) aponta também que, ao se considerar a dimensão das formas de consumo do livro didático, não se pode omitir o poder do professor. Cabe a este, na maioria das vezes, a escolha do livro, e da sua leitura na sala de aula. Os capítulos selecionados, os métodos de leitura em grupo ou individual, assim como as tarefas decorrentes da leitura, são opções exclusivas do professor, mesmo quando inseridas e limitadas por projeto pedagógico estipulado pela escola.

Partindo desse pressuposto, entende-se que é através dos teóricos, e em seguida do livro didático, que é um apoio didático, que auxilia o professor e aponta algumas metodologias de apoio como a indicação de filmes, trabalhos em grupos e rodas de discussão, não sendo principal fonte de pesquisa e de metodologia, mas de auxílio e orientação e de uma linguagem mais didática e adequada ao alunado, sem considerar que o livro didático é portador de uma dimensão ideológica, que posterior ao texto, há uma seleção cultural que expressa o conhecimento oficial, colaborando de forma categórica na construção do saber.

4. O livro didático como recurso didático auxiliar.

No estágio, uma das questões a ser enfrentada é a metodologia. Como ministrar aulas que interessem e motivem o alunado? Como fazer uso do livro didático apenas como material auxiliar? Como adotar uma abordagem teórico-metodológica que auxilie na seleção dos conteúdos e que desperte o interesse dos alunos? Essas e outras questões que permearam a vivência no estágio. Curiosidades sobre o conteúdo, fazendo com que os mesmos ficassem mais motivados, o uso dos recursos audiovisuais foi uma das escolhas adotada para tornar a aula mais interativa e menos centrada no livro didático.

Para tanto, é de fundamental importância o conhecimento aprimorado sobre o tema da aula, a busca de outros aportes como base e não só o livro didático, apesar de ter sua importância. A utilização de outros recursos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem exige que o professor saiba “utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.”. (PCN, 1998, p.8)

Atualmente já é comum o uso dos filmes ou imagens cinematográficas como recurso didático em sala de aula. No mundo das tecnologias e da informação, a inserção desses novos métodos e linguagens, no ensino de História vem sendo utilizado como um recurso eficiente no processo de ensino-aprendizagem, como informa a professora Circe Bittencourt (2011):

Decorridos vários anos de aperfeiçoamento de técnicas audiovisuais, os filmes penetraram no cotidiano dos alunos pela televisão e pelo vídeo, constatando-se verdadeira invasão de imagens, enorme aprendizagem “pelos olhos”, cujo alcance pedagógico, entretanto, é difícil de ser avaliado. (BITTENCOURT, 2011, p. 372)

Sendo assim, não se pode dispensar nenhum tipo de ferramenta que possa auxiliar no processo da aprendizagem, a exemplo das metodologias audiovisuais. Tal procedimento metodológico torna a aula mais atrativa e prazerosa, fazendo com que o conteúdo a ser ensinado flua de forma eficiente nas aulas de História.

No entanto, a utilização dos filmes não significa, necessariamente, uma quebra no tradicional método de memorização. A inovação metodológica não se restringe apenas em mudar os recursos metodológicos é possível utilizar recursos inovadores e manter uma postura pedagógica tradicional.

É importante considerar que o livro didático não é o detentor de todas as informações e nem de todas as verdades. Nesse sentido, cabe ao professor o papel de intervenção quanto a escolha dos conteúdos e a abordagem teórico-metodológica usada nas suas aulas. O principal objetivo é incentivar a criticidade do alunado, e utilizar os recursos audiovisuais é um meio que tem se tornado eficaz, e que deveria ser mais utilizado nas escolas.

Por fim, posso afirmar que a experiência do estágio foi um processo de bastante aprendizado. Cada experiência em sala é única e a minha foi motivadora para o exercício da profissão, que em muitas vezes é tão sacrificante, mas tem seus alentos e os seus momentos de alegria.

5. Considerações Finais:

O uso do livro didático apresenta-se como uma problemática complexa, pois sendo o mesmo um veículo de transmissão e manutenção de ideologias não deve ser compreendido dentro da perspectiva da neutralidade. O livro

didático não é neutro, nele se encontram valores, crenças e a visão de mundo de quem os produzem. A utilização do livro didático, dos conteúdos e métodos a serem trabalhados é uma escolha do professor.

Escrever sobre, a relação professor e livro didático, permitiu refletir sobre as interfaces entre saber histórico e pedagógico e o quadro amplo e complexo que o envolvem. Significa, principalmente, compreender que, enquanto produto cultural e ideológico, o livro didático carrega variadas nuances no que diz respeito a sua produção, conteúdo, divulgação, comercialização e, sobretudo, sua utilização; tanto por parte do Estado como instrumento de formação ideológica, quanto pelos professores que reproduzem essa formação ou simplesmente o desprezam.

Desta forma faz necessário está discussão sobre a relação do professor com o livro didático, de quais metodologias o mesmo pode-se fazer uso além do livro didático, da importância do uso de outros referenciais teóricos como base em sala de aula. Deve-se ter um olhar crítico sobre o livro didático, nem centralizar como recurso principal, e nem simplesmente desprezá-lo, mas sim o reconhecer como um importante recurso pedagógico documento histórico. Para isso faz necessário que o professor inove com a metodologia através dos poucos recursos disponíveis, que tenham iniciativa para propor melhorias no ensino.

6. Referências:

BAIRRO, Catiane Colaço. **Livro Didático: Um olhar nas entrelinhas da sua História.** UNICENTRO-Pedagogia. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pjhtQalyofEJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/Cj5GqE6L.doc+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 maio. 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Materiais didáticos: Concepções e usos.** In: Ensino de História Fundamentos e métodos. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O cinema e audiovisuais.** In: Ensino de História Fundamentos e métodos. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Pg. 371 a 375.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014 – História**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para ensino fundamental**. Brasília: MEC, 1998.

BURKE, Peter. Abertura: **A nova História, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da História novas perspectivas. 3ª reimpressão. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **A História como disciplina escolar**. In: História e ensino de História. 3ª ed. Belo Horizonte: Autentica editora, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Dentro e fora da História**. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

KARNAL, Leandro. **Introdução**. In: História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História**. In: História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação**. In: Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

NADAI, Elza. "O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/26, p 146, set. 1992/ago. 1993.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar**. In: História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errâncias, Conquistas e perdas**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31.